

# O PAPEL DO CONTEXTO NA TEORIA DA METÁFORA DE PAUL RICOEUR

## EL PAPEL DEL CONTEXTO EN LA TEORIA DE LA METÁFORA DE PAUL RICOEUR

Odair SALAZAR DA SILVA.  
Secretaria de Estado e da Educação de Santa Catarina (SED/SC).  
[salazar.odair@hotmail.com](mailto:salazar.odair@hotmail.com)

### RESUMO

A metáfora é epistemológica? O objetivo deste artigo é considerar a metáfora uma ferramenta legítima para desvelar o mundo da poesia, a partir da proposta oferecida por Paul Ricoeur em *La métaphore vive* (1975). Parte-se da hipótese de que a metáfora é um instrumento heurístico, por isso ela está apta a buscar novas informações sobre o mundo. Para pesquisar as metáforas no campo discursivo e gramatical, Ricoeur, inicialmente, ancora-se na nova retórica de Ivor Armstrong Richards (1936), mais especificamente a partir da obra *Philosophy of rhetoric*, em que o contexto tem um papel importante nos estudos discursivos, onde a teoria da interação tem seu *locus* garantido. Seguindo esse mesmo *modus operandi*, Ricoeur desenvolve a teoria da metáfora na gramática lógica, a partir da obra *Modelos y metáforas* (1966) de Max Black, para quem a metáfora só pode ser interpretada, quando falante e ouvinte compartilham dos “lugares comuns associados”, conceito importantíssimo para Ricoeur (1975) compreender o funcionamento do referido *tropo*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Metáfora. Contexto. Epistemologia.

### RESUMEN

¿La metáfora es epistemológica? El objetivo de este artículo es considerar la metáfora una herramienta legítima para desvelar el mundo de la poesía, a partir de la propuesta ofrecida por Paul Ricoeur en *La métaphore vive* (1975). Se parte de la hipótesis de que la metáfora es un instrumento heurístico, por eso ésta está apta a buscar y ofrecer nuevas informaciones acerca del mundo. Para investigar las metáforas en el campo discursivo y gramatical, Ricoeur, inicialmente, está anclado en la nueva retórica de Ivor Armstrong (1936), más, específicamente, a partir de la obra *Philosophy of rethoric* (1936), en que el contexto tiene un papel importante en los estudios discursivos, donde la teoría de la interacción tiene su locus garantizado. Seguidor de este mismo *modus operandi*, Ricoeur desarrolla la teoría de la metáfora en la gramática lógica, en la obra *Modelos y metáforas* (1966) de Max Black, para quien la metáfora sólo puede ser interpretada, cuando hablante y oyente comparten de los mismos “lugares comunes asociados”, un concepto importantísimo para Ricoeur (1975) comprender el uso del referido “tropo”.

**PALABRAS-CLAVE:** Metáfora. Contexto. Epistemología.

### Introdução

A constatação de Aristóteles de que a metáfora nos conduz a dois campos de pesquisa divergentes nos leva à *Retórica* e à *Poética*. Nesses campos de atuação, este “tropo” é considerado unidade de base de uma teoria semântica para explicar os fenômenos multissignificativos da linguagem. Como disciplinas fundamentais para o orbe grego, a retórica e a poética situam suas análises em diferentes domínios, o da persuasão e o da imitação das ações humanas. Isso demonstra que a metáfora faz parte

tanto do discurso oral, persuasivo quanto do da imitação das ações humanas, mais especificamente na tragédia<sup>31</sup>. Por esta razão, pode-se afirmar que a metáfora tem dupla função: uma na retórica e outra na poética.

O ponto de partida para compreender a função da metáfora no campo retórico e poético é a célebre citação de Aristóteles conhecida dos estudiosos: “A metáfora é o transporte a uma coisa de um nome que designa uma outra, transporte quer do gênero à espécie, quer da espécie ao gênero, quer da espécie à espécie ou segundo a relação de analogia” (ARISTÓTELES, Poética, 1457 b 6-9 (3)).

Esta discussão parte da tese aristotélica, que diz respeito às quatro classes de metáfora. As três primeiras fazem referência a dois termos – o metaforizado e o substituído, os quais se alteram por extensão: do gênero à espécie, da espécie ao gênero ou, ainda, de translação – de uma espécie a outra. A quarta espécie se refere à metáfora por analogia, considerada por Aristóteles a mais sublime, a mais importante por excelência, a qual implica na relação de quatro termos, por exemplo: a vida/a velhice, o dia/a tarde. Numa relação por analogia, o quarto termo se comporta em relação ao terceiro, da mesma forma que o segundo ao primeiro, baseados no exemplo “a velhice está para a vida, assim como a tarde está para o dia” (ARISTÓTELES, Poética, 1457 b 20). Ainda que não exista, em alguns casos, o termo correspondente ao primeiro, nada impede que a metáfora seja empregada e, posteriormente, compreendida. Na analogia, existe uma relação muito próxima entre a “velhice” e a “vida”, assim como há também entre a “tarde” e o “dia”.

Desse modo, a tarde será chamada de “velhice do dia” e a velhice, por sua vez, será chamada de “tarde da vida”. Neste caso, não se pode afirmar que Aristóteles não restringiu a metáfora a uma semelhança antes já conhecida, mas a viu como um veículo responsável que carrega alguma coisa nova, na medida em que se percebeu na diferença entre as propriedades ou relações, até então não conhecida, algo julgado como novo (RICOEUR, 1975, p. 52).

No campo da retórica, Ricoeur (1975) a considera como uma das disciplinas mais antigas que se dedicou ao uso discursivo da linguagem. A retórica nasceu na Sicília, no século VI. Assim como a poética, a retórica ficou marcada por traços bastante peculiares, pois seu objetivo último era abarcar todo o campo do uso discursivo

---

<sup>31</sup> La tragédie est l'imitation d'une action élevée, complète, ayant une certaine étendue, dans un langage relevé d'assaisonnements d'espèces variées, suivant les diverses parties, imitation qui est faite par des personnages en action et non au moyen d'un récit, et qui, suscitant pitié et frayeur, opère la purgation propre à pareilles émotion (Poétique, 49b24-27).

da linguagem. Para o filósofo francês, a retórica se restringiu a uma área de especialização linguístico-discursiva, cuja proposta era mostrar que ela abrangia só certas situações que são típicas do próprio discurso.

O estagirita – como era alcunhado Aristóteles – estabelece três tipos de situações típicas do discurso, que correspondem a três gêneros: o deliberativo, o judicial e, por último, o epidítico. Estes gêneros designam três lugares: a assembleia, o tribunal e as reuniões comemorativas (RICOEUR, [1975]; 2001). A rivalidade é um traço em comum entre esses três gêneros, que apresentam discursos totalmente opostos. A partir deles, tem-se de escolher aquele que seja considerado o mais apropriado para cada caso. Trata-se de apontar traços pertinentes que demonstrem que um prevalece sobre o outro.

Outro critério da retórica está relacionado à argumentação, que se encontra alicerçado entre “a obrigação do necessário” e a “arbitrariedade do contingente” – afirma Ricoeur.

Entre la prueba y el sofisma reina el razonamiento probable, cuya teoría inscribió Aristóteles en la dialéctica, haciendo así de la retórica su “antistrofa”, es decir, la réplica dialéctica. Precisamente entre las tres situaciones típicas señaladas hay que deliberar un discurso razonable, a medio camino entre el discurso demostrativo y la violencia disimulada en el discurso puramente seductor (RICOEUR, 2001, p. 125).

A partir desta citação, percebe-se, passo a passo, como Ricoeur mostra de que maneira a argumentação consegue conquistar o campo da razão prática, preferindo-se pela deliberação, seja de ordem moral, política, de direito, ou mesmo, quando se apontam quais os limites impetrados pela retórica, no seio da filosofia. Chama-se, ainda, a atenção para um terceiro critério, cuja função é destemperar o regime argumentativo do próprio discurso, que não abole, em hipótese alguma, o desejo incessante de ampliar, ainda que de forma prematura, o campo da retórica.

A partir daí, pode-se assegurar que a retórica se constitui como uma técnica pertencente ao discurso predominantemente persuasivo. Na melhor das hipóteses, assevera-se que “La retórica es un arte del discurso en acción” (RICOEUR, 2001, p. 125). Recorre-se, aí, aos atos de fala (searleanos) que “dizer é fazer”. Afinal, o orador tem um único objetivo e não outro: o de conquistar o auditório, levando-o a acreditar no que se deseja alcançar. A retórica, conclui Ricoeur, é, portanto, ilocutiva e perlocutiva.

Nessa síntese, em torno das teorias aristotélicas, pode-se concluir que o estagirita foi um dos filósofos que mais se dedicou à metáfora, como instrumento cognitivo, um convite obrigatório à descoberta de novos mundos, às verdades subjacentes a que este se remete.

## **Importância do contexto**

Estudar a metáfora é “[...] um convite obrigatório à descoberta (SWANSON, 1992, p.164)”. A descoberta de quê? De novas verdades sobre o mundo, que não são estáticas, mas estão sempre em devir. A metáfora sempre se renova; muda de roupagem, de acordo com o contexto em que ela está inserida. O contexto guia uma interpretação. Ele é responsável pela renovação do discurso. A interpretação de um proferimento metafórico está sob o jugo do uso, resultado da relação entre falante e ouvinte. Wittgenstein já nos disse que uma interpretação depende do uso. Não há como interpretar, portanto, uma metáfora senão pela condição contextual, em que falante e ouvinte participam do mesmo contexto.

Por exemplo, numa conversação entre amigos, em que se costumam fazer comentários sobre pessoas ausentes, um dos indivíduos faz o seguinte comentário:

(a) Susana é uma vaca.

Diante desta asserção, assume-se que (a) pode ser interpretado graças ao contexto. À primeira vista, nenhum dos interlocutores hesitaria em tomá-lo no sentido figurado e, em seguida, oferecer uma interpretação literal, do tipo:

(a’) Susana é depravada.

Observa-se que, na transcrição de (a) para (a’), a comunicação, à primeira vista, foi bem sucedida. Locutor e interlocutor, diante de (a), compartilham (a princípio) do mesmo contexto, interpretando-a como (a’). A comunicação aqui teve sucesso, pois ao proferir-se o proferimento (a), houve entendimento de ambos os sujeitos. Num primeiro momento, portanto, conclui-se que (a), por tratar-se de uma metáfora, pois pretende dizer algo a mais que pode ser compreendido como (a’), tomado como um proferimento literal. Para ser mais preciso, diz-se que em ambos os casos a referência continua a mesma, mas o sentido sempre varia.

Guerreiro (1985) afirma que um proferimento como (a’) está isento de qualquer ambiguidade, enquanto (a), ao contrário, pode ser considerado ambíguo, desprovido de significado. Trata-se uma ideia absurda, pois “vaca” não pode ser atributo de “Susana”. Logo, no segundo caso, (a’), está-se diante de uma expressão menos absurda, ao considerar-se que “Susana” se identifica com uma “vaca”, pois a ambiguidade está desfeita, uma vez que falante e ouvinte compartilham o mesmo contexto. Portanto,

Guerreiro conclui que, ao fazer-se uma transcrição de (a) para (a'), não existe qualquer relação entre esses proferimentos. Num processo de transcrição dessa natureza, o que há é uma transcrição intermediária, a qual garante que “Susana é uma vaca” pode ser interpretada como uma forma elíptica de “Susana é (comparável) a uma vaca”. Só assim, afirma o referido filósofo, torna-se possível mostrar o papel da cópula “é”, responsável pela analogia metafórica em questão. Aqui não se trata de uma analogia de proporção, mas de semelhança, ao eliminar-se, assim, “possibilidades de identidade ou de predicação (GUERREIRO, 1985, p. 110)”.

Neste seguimento, Ricoeur procura mostrar que (a), numa primeira leitura, é classificado como um erro categorial. De um lado o termo “Susana” (+ humano), que ao ser ligado pela cópula que se choca com “vaca” (-humano). Não há dúvida de que se trata de um exemplo que apresenta um desnível linguístico.

A resolução do problema está no contexto em que (a) foi proferido – reafirma Ricoeur. Quando falante e ouvinte partilham de uma mesma comunidade linguística, as chances de compreender-se um proferimento metafórico são muito grandes. Arrisca-se até afirmar que (a) pode ser interpretado, ao aceitar-se que se trata de uma metáfora, compartilhando a ideia de que quando um indivíduo apresenta atributos de um animal irracional, comportando-se como tal. No Brasil, por exemplo, o sujeito principal – “Susana” – pode ser interpretado a partir do sujeito subsidiário – “vaca” –, podendo chegar a seguinte interpretação:

(a'') Susana é mal educada.

(a''') Susana se porta como um animal irracional.

(a''''') Susana é nojenta.

Vê-se que, para Ricoeur, o contexto sofre também influência na teoria da significação, que se responsabiliza pelo resultado final da interpretação. Se não se levasse em conta o uso na relação falante-ouvinte, possivelmente (a) poderia ser interpretado literalmente: que existe de fato um animal irracional, cujo nome é Susana. Caso contrário, cair-se-ia num erro mal calculado propositalmente (Ryle, 2005), que precisaria ser interpretado. Afinal, para Ryle, a metáfora é um erro calculado.

O contexto, segundo Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*, é o ponto de partida para compreender-se um proferimento. Esta máxima wittgensteiniana é levada a sério por Ricoeur (e seguidores) ao aceitar-se sua aplicação a um proferimento

metafórico, que não consegue oferecer *insights* a realidade, senão pelo uso. Neste caso, se (a) fosse proferido na Índia, possivelmente apresentaria uma outra interpretação, pois o contexto é outro.

O exposto acima corrobora com a tese ricoeuriana, de que a metáfora para significar deve exigir contexto. Nesta mesma linha de pensamento, Guerreiro (1985) parte do pressuposto de que um proferimento metafórico deve ser regido por uma dependência contextual, deixando-se de lado a ideia de que um ato comunicativo não é apenas uma sequência de palavras concatenadas da linguagem. Se assim fosse, não haveria como fugir das relações com outros contextos, seja esse histórico, social e/ou psicológico. Portanto, assegura-se que o contexto é um dos fatores que guia uma interpretação. Ambos os estudiosos, ainda que transitem muitas vezes por caminhos diferentes, chegam ao mesmo lócus, quando confirmam a tese de que “Susana” pode assemelhar-se a uma “vaca”, a saber: seu comportamento depravado, nojento, mal educado, etc., e nunca a um animal quadrúpede e seu comportamento natural.

### **Teoria da interação**

Torna-se necessário aqui fazer referência a dois estudiosos ingleses que investigaram a metáfora, a partir da interação entre contextos. O primeiro deles é Ivor Armstrong Richards, quem desenvolveu sua teoria da metáfora em *Philosophy of rhetoric* (1936), cujo objetivo primeiro era renovar também a teoria da metáfora na retórica clássica. A metáfora não é mais um fenômeno linguístico que se preocupa apenas com a substituição de uma palavra por outra, mas, trata-se de um fenômeno do pensamento. A metáfora, diz ele, é um “comércio entre pensamento”, que se encontra numa relação conflituosa. Esta relação conflituosa, que envolve a metáfora, é resultado da tensão entre “teor” e “veículo”, sem deixar-se de levar em conta o contexto. Nesta mesma linha de pensamento, Max Black ([1962], 1966) em *Modelos y metáforas* busca compreender a metáfora por uma via de acesso muito similar a do mestre: o choque provocado pelo desnivelamento de uma metáfora, que ele denominou “foco” e o “quadro”. Ambos os interacionistas se diferenciam no sentido de Richards (1936) ser um retórico e Black (1966) um filósofo preocupado com a metáfora no campo da gramática lógica.

O que se observa diante do estudo da metáfora numa perspectiva renovadora de Richards (1936) e Black (1966) é que esse “tropo” sai do âmbito da linguagem, em

direção ao do pensamento. É por meio desse choque entre duas ideias que Richards (1936) sustenta que, quando se usa uma metáfora, há nela dois pensamentos de coisas diferentes ativos, apoiados por uma única palavra, cujo significado é resultado desta tensão.

A first is to introduce two technical terms to assist us in distinguishing from on another what dr. Johnson called the two ideas that any metaphor, at its simplest, give us. Let me call them the tenor and vehicle (RICHARDS, 1936, p. 96).

Isso evidencia que a junção do “teor” e do “veículo”, mesmo em se tratando de níveis de linguagem diferentes, acarreta atributos desiguais, apresentando, simultaneamente, traços comuns. Portanto, a copresença de ambos produz uma significação que não é alcançada senão pela interação, entre os termos A e B, conforme se poderá ver no exemplo abaixo.

(b) Julieta é o sol (Shakespeare)  
Teor      veículo

Observe-se que não há nenhuma similaridade entre veículo (sol) e o teor (Julieta). Pode-se, nesse sentido, pensar o “sol” de forma literal, sem jamais ter incluído nenhum traço relacionado à “Julieta”. Trata-se, por conseguinte, de uma personagem que muitos ainda não conhecem. Por essa razão, admite-se que não existe nenhuma definição de “Julieta” que afirme que ela seja de fato o “sol” ou mesmo a “lua” ou outro qualquer corpo celeste – afirma Escandell (1996). Resume-se, portanto, que é por meio da interação entre o “teor” e o “veículo” que se pode estabelecer uma dada relação de similaridade que resulta em um sentido para a sentença como “Julieta é o sol”. Escandell (1996) ainda chama a atenção para o fato de que esta similaridade existente entre os tópicos não é real, mas criada por meio da interação, que é resultado de um efeito cognitivo da metáfora, que tem o papel de selecionar alguns traços do sol, contrapondo-os a outros para compor o perfil de “Julieta”.

Assim como Richards e Black, Ricoeur chama atenção não só para a maneira como a linguagem trabalha, mas também para a forma como o pensamento e o sentimento são processados na mente. É a mente, portanto, que dá acesso ao comando de uma metáfora, o que diverge totalmente da proposta de Aristóteles colocada, aqui, anteriormente: substituição (ou comparação) de uma palavra por outra. Essa é, portanto, uma nova roupagem que a metáfora recebe, tornando-se a mais bela entre as outras figuras, como disse Aristóteles. Ela não é apenas um produto da linguagem, mas

principalmente do pensamento – afirma Richards – ela é, repetindo, um “comércio entre pensamentos” numa enunciação viva.

Em se tratando da metáfora no campo da gramática lógica, Black (1966) propõe uma teoria da interação para comprovar o valor epistemológico da metáfora no campo da semântica. O pressuposto levantado por alguns estudiosos, no entanto, de que a metáfora deve ser antes objeto da pragmática do que da semântica, tem levado alguns autores a debruçar-se sobre o tema, com resultados muito promissores.

É fato que a metáfora aqui não pode ser mais vista em termos aristotélicos “ὄνομα”, em que a substituição se dá da palavra pela palavra – um signo vale por outro signo. Há algo na metáfora que ultrapassa a sentença, que é o seu uso. Portanto, Black compartilha, de alguma forma, a tese de que a metáfora também pode ser explicada pelo viés da pragmática – do uso da linguagem propriamente dito. Acredita-se que o semântico sozinho também não dá conta de explicá-la, devendo-se recorrer às ferramentas da pragmática. Para que se possa falar de metáfora, deve-se tomar, em princípio, uma sentença ou uma expressão “en que se usen metafóricamente algunas palabras, en tanto que las demás se empleen en forma no metafórica” (BLACK, 1966, p. 38).

Ricoeur é leitor crítico de Black. No que diz respeito à relação entre “quadro” e “foco”, na constituição da metáfora, o filósofo francês admite que sem contexto não há compreensão. No entanto, em se tratando do conceito de “lugares comuns associados” há, segundo o francês, uma deficiência no modo de abordagem do referido “tropo”: como dar conta das metáforas vivas, se elas não são (sempre) produtos de uma interação entre o “foco” e o “quadro”? Ora, a metáfora viva nunca estará engessada, como produto de uma associação que ocorre no/do âmbito comunitário.

A tese defendida por Black nos leva a aceitar que o falante e o ouvinte compartilham uma mesma informação, que se dá nas relações sociais. Portanto, tal informação é decorrente do uso que os indivíduos fazem de determinados termos em uma mesma comunidade linguística. Ali, a metáfora constitui seu sentido na interação entre o “foco” e o “quadro”, o que impossibilita outros significados. A metáfora viva, ao contrário, está alicerçada no que disse o pré-socrático Heráclito, ao conceituar o que é “devir”: a metáfora não esgota sua significação nunca. Há sempre significados novos a sua disposição. Por isso, esta figura não se encontra em dicionários, porque ela muda de roupagem sincronicamente.



Ao partir-se do seguinte proferimento, tem-se:

- (4) O homem é um lobo.

Diante de (4), não se deve tomar o termo homem e aplicá-lo somente a “lobo” como único passível de aproximação. Há, segundo Black, outros significados passíveis de aceitação que são abstraídos de um sistema de tópicos compatível com o pensamento de uma comunidade, que o use e o aplique a “lobo”. O funcionamento (e a eficácia) de uma metáfora está apenas em transpor com precisão a informação que o termo metafórico pode oferecer, cuja capacidade é a de evocar de forma rápida e simultânea outro traço compatível, que se encontra alojado no conjunto de tópicos sociais: tudo o que o falante evoca (a partir de seu conhecimento e de sua imaginação a respeito de “lobo”), em relação ao termo “homem”, faz parte do contexto. Neste sentido, o próprio discurso mostra sua potencialidade ao abrir novas possibilidades de atribuir sentidos ao termo: “selvagem”, “cruel”, “implacável”, “temível”, “terrível”, etc.

O significado de “lobo” não se esgota aí. Para que se possa explicar a metáfora a partir do enfoque interativo abordado por Black, não se deve limitar a seleção de semas numa análise componencial. O inglês propõe que se observe o referido “tropo” a partir de um filtro. Por exemplo, em (4), pode-se afirmar que há dois assuntos, o principal (o homem) e o secundário (o lobo). De igual forma, adianta-se que a sentença metafórica, em questão, nem sempre oferecerá o significado que se pretende quando, por exemplo, se trate de um indivíduo ignorante que não sabe o que é “lobo”.

No entanto, Black se atenta àquilo que não nos parece mais importante: qual o grau de conhecimento de um ignorante sobre o que é “lobo” no sentido literal, como aquele sentido que aparece no dicionário, ou mesmo como ele pode ou sabe aplicá-lo no sentido real. O que está em jogo é que o intérprete tenha conhecimento do sistema de tópicos que acompanha o termo “lobo”. Neste sentido, solicita-se a um ignorante que reflita sobre coisas que ele pense ser verdadeiras sobre “lobos”. As afirmações feitas por este indivíduo acerca de “lobos” se aproximariam daquilo que Black chama de “sistemas de tópico” que vêm acoplados à palavra “lobo”.

Interessante que essas respostas dadas por indivíduos de diferentes culturas acerca de “lobo” se aproximaram muito. Por outro lado, até um especialista em “lobos”, que estivesse muito tempo parado de suas atividades, poderia apresentar de igual forma resultados errôneos ou semiverdadeiros. No entanto, Black afirma que o que importa aqui para a metáfora não é que se considere como verdadeiro o sistema de lugares

comuns, mas que o evoque verdadeiramente. Nesses termos, faz sentido que uma metáfora diga coisas diferentes em sociedades diferentes, que resulte em significados totalmente díspares. Por exemplo, para aquelas culturas em que os “lobos” são encarnações de homens, possivelmente apresentam significados diferentes daquelas que os veem por outro “foco”. O centro da atenção em Black também está no contexto.

Para melhor compreender o exemplo (4), Black coloca esta mesma questão de outra forma: o uso que se faz da palavra “lobo” em seu sentido literal está regido por regras sintáticas e semânticas, cuja violação destas normas resulta no absurdo e na contradição. E mais, há sugestões em que se leva o falante a aceitar um conjunto de crenças normais sobre os “lobos”, cujos significados são vulgares, resultado esse obtido por meio de um olhar exclusivo de uma cultura, que o julga a partir de seu contexto.

Ao negarem-se determinados traços que podem ser aplicados a “lobo”, como por exemplo, “lobos são vegetarianos”, provoca-se no ouvinte um paradoxo, o qual exige do falante uma justificativa. Assim, Black reafirma que um falante ao pronunciar “lobo” está se referindo a um ser “selvagem”, “carnívoro”, “astuto”, que faz parte de um sistema de ideias que não está à disposição do intérprete de forma direta, mas que está pronto a aceitar um leque de traços detalhados, compatíveis com o “foco” e o “quadro” numa tensão contextual.

Confirma-se que, quando um falante usa a palavra “lobo” metaforicamente ao referir-se a um “homem”, ele está evocando um sistema de lugares comuns que são relativos a “lobo”. Uma vez que se aceite a ideia de que esse “homem” é como um “lobo”, então o termo “homem” se caracteriza com atributos lupinos: “feroz”, “faminto”, “defensor de território”, “lutador por sobrevivência”, que está à busca de alimento, do desperdício deixado nas ruas. Todos estes predicados devem ser aplicados a “homem”, ainda que esse emprego seja no uso normal ou anormal.

Para afirmar ao que foi dito até então, Black afirma:

El sistema de implicaciones relativo al lobo conducirá a un oyente idóneo a construir otro sistema referente al asunto principal y correspondiente a aquél; pero estas implicaciones no serán las comprendidas por los tópicos que el uso literal de “hombre” implique normalmente: las nuevas implicaciones han de estar determinadas por la configuración de las que componen a los usos literales de la palabra “lobo”, de modo que cualesquiera rasgos humanos de que se pueda hablar sin excesiva violencia en un “lenguaje lobuno” quedarán destacados, y los que no sean susceptibles de tal operación serán rechazados hacia el fondo – la metáfora del lobo suprime ciertos detalles y acentúa otros: dicho brevemente, organiza nuestra visión del hombre (BLACK, 1966, p. 87).

Para sintetizar o que foi dito até então, diz-se, junto a Ricoeur, de que a metáfora não é um produto acabado como a comparação, como se afirmou anteriormente. Essa asserção apenas vem admitir que há sempre uma proposta em aberto, um significado à disposição do intérprete, que é resultado de um processo de bem metaforizar. Tanto a metáfora quanto a comparação mantêm sua capacidade semântica de forma íntegra: a conotativa e a denotativa, respectivamente.

### **Considerações finais**

Tomando como ponto focal a teoria da interação, tanto de Black quanto de Richards, vê-se que a metáfora é de fato um fenômeno de inovação, seja no campo retórico e/ou semântico, seja a partir da tese da analogia ou da comparação, uma vez que se a considera como um discurso criativo, que tem seu próprio referente. Aí está o desvio que fala Ricoeur provocado pela função heurística, ao permitir que se realizem sempre novas conexões frente à realidade. Não se vê, neste sentido, razão para acreditar que a metáfora somente tem a capacidade de criar novos significados, quando compara ou substitui uma palavra por outra, mas ela também tem outros objetos e referentes singulares que estão sempre em interação com outros contextos reciprocamente – como afirma Guerreiro. Isso nos leva a endossar a importância do contexto, que se aproxima daquela defendida por Ricoeur, para quem uma tese, que resguarda os referentes discursivos e seus contextos gerais, sobressai-se àqueles que preservam à mera noção de substituição e/ou de comparação, ainda que seja um ponto de partida válido, não é capaz de explicar o fenômeno da metáfora. Este é o verdadeiro caráter da metáfora: recriar novos significados, a partir de diferentes contextos que se realizam reciprocamente.

### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ARISTÓTELES. **Poética**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BLACK, M. **Modelos y Metáforas**. Madrid: Tecnos, 1966.

ESCANDELL VIDAL, M.V. **Introducción a la Pragmática**. Barcelona: Ariel, 1996.

GUERREIRO, M. A. L. **Problemas de filosofia**. Niterói: EDUFF, 1985.

OLIVEIRA, J.A. **O contexto da pragmática**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. *Revista Ibict.br.*, pp. 227-235.

RICHARDS, I. A. **The philosophy of rhetoric**. Oxford: Oxford University Press, 1936.

RICOEUR, P. **La métaphore vive**. Paris: Seuil, 1975.

\_\_\_\_\_. **La metáfora viva**. Trotá: Madrid, 2001.

RYLE, Gilbert. **El concepto de lo mental**. Ediciones Paidós Ibérica, 2005.

SWANSON, D. R. Rumo a uma psicologia da metáfora. In: SACKS, S. (org.) **Da metáfora**. São Paulo: Educ, 1992.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.